

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	42
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	43
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	44
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	45
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2018</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	657.300.291
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>657.300.291</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
1	Ativo Total	3.142.130	2.899.382
1.01	Ativo Circulante	299.325	49.954
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	264.173	16.197
1.01.03	Contas a Receber	26.977	25.925
1.01.03.01	Clientes	26.973	25.878
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	4	47
1.01.03.02.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	4	47
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.495	5.171
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.495	5.171
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.565	2.479
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	115	182
1.01.08.03	Outros	115	182
1.02	Ativo Não Circulante	2.842.805	2.849.428
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	43.840	41.894
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	39.741	37.870
1.02.01.01.03	Aplicação Financeira Restrita	39.741	37.870
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	4.027	3.952
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	72	72
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	72	72
1.02.03	Imobilizado	4.005	3.022
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.005	3.022
1.02.04	Intangível	2.791.739	2.800.413
1.02.04.01	Intangíveis	2.791.739	2.800.413
1.02.05	Diferido	3.221	4.099

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
2	Passivo Total	3.142.130	2.899.382
2.01	Passivo Circulante	180.080	193.562
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.844	7.267
2.01.01.01	Obrigações Sociais	7.844	7.267
2.01.02	Fornecedores	26.003	29.513
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	26.003	29.513
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.485	6.323
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.769	3.408
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	2.769	3.408
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.716	2.915
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	96.086	106.848
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	96.086	106.848
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	96.086	106.848
2.01.05	Outras Obrigações	23.673	21.852
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.457	1.177
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1.158	1.093
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	299	84
2.01.05.02	Outros	22.216	20.675
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	3.052	3.052
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	16.779	15.561
2.01.05.02.05	Verba de Fiscalização	1.286	1.257
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	1.099	805
2.01.06	Provisões	20.989	21.759
2.01.06.02	Outras Provisões	20.989	21.759
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	19.590	20.360
2.01.06.02.05	Provisão para Investimentos	1.399	1.399
2.02	Passivo Não Circulante	1.414.511	1.174.175
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	920.637	681.166
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	920.637	681.166
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	920.637	681.166
2.02.02	Outras Obrigações	384.244	376.946
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	368.429	362.169
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	368.429	362.169
2.02.02.02	Outros	15.815	14.777
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais Federais	15.815	14.777
2.02.03	Tributos Diferidos	42.966	49.764
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	42.966	49.764
2.02.04	Provisões	66.664	66.299
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.684	8.266
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.550	2.311
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.623	1.444
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	4.511	4.511
2.02.04.02	Outras Provisões	58.980	58.033
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção	58.980	58.033
2.03	Patrimônio Líquido	1.547.539	1.531.645
2.03.01	Capital Social Realizado	1.407.285	1.376.285

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
2.03.01.01	Capital Social Subscrito	1.420.785	1.420.785
2.03.01.02	( - ) Capital Social a Integralizar	-13.500	-44.500
2.03.04	Reservas de Lucros	140.254	155.360
2.03.04.01	Reserva Legal	10.530	10.530
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	129.724	144.830

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	131.871	217.563
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-120.234	-184.266
3.03	Resultado Bruto	11.637	33.297
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.088	-8.965
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.128	-9.163
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-6.683	-8.591
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-445	-572
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	40	198
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.549	24.332
3.06	Resultado Financeiro	-27.365	-17.477
3.06.01	Receitas Financeiras	2.251	1.710
3.06.02	Despesas Financeiras	-29.616	-19.187
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-22.816	6.855
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	7.710	-2.262
3.08.01	Corrente	912	-3.751
3.08.02	Diferido	6.798	1.489
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-15.106	4.593
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-15.106	4.593
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,02300	0,01090
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,02300	0,01090

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-15.106	4.593
4.03	Resultado Abrangente do Período	-15.106	4.593

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	47.679	22.091
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	63.408	53.576
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	-15.106	4.593
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	46.375	26.791
6.01.01.04	Baixa de ativos permanentes	0	1.633
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-6.798	-1.489
6.01.01.07	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-574	-1.105
6.01.01.08	Juros e variações monetárias sobre mútuos	6.685	6.747
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de empréstimos	21.441	10.930
6.01.01.11	Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	1.094	1.192
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	413	2.948
6.01.01.13	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	9.878	1.336
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-16.652	-31.755
6.01.02.01	Contas a receber	-1.026	-2.937
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	43	0
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-1.061	576
6.01.02.05	Depósitos judiciais	0	-74
6.01.02.06	Fornecedores	5.020	-9.424
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas	69	-103
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores	6.583	179
6.01.02.09	Obrigações sociais	577	1.156
6.01.02.10	Obrigações fiscais	2.705	-651
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-2.953
6.01.02.15	Outras contas a pagar	-11.231	745
6.01.02.18	Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	-995	-1.504
6.01.02.20	Pagamento de juros	-17.336	-16.765
6.01.03	Outros	923	270
6.01.03.02	Despesas antecipadas	839	-492
6.01.03.04	Outros créditos	84	19
6.01.03.05	Outras contas a receber	0	743
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-66.464	-123.678
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-1.147	-5
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-63.757	-124.084
6.02.04	Aplicação financeira vinculada	-1.779	-466
6.02.05	Valor resgatado das aplicações vinculadas	219	877
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	266.761	101.430
6.03.01	Captações de empréstimos	268.987	0
6.03.02	Risco Sacado	-9.931	5.655
6.03.03	Pagamentos de empréstimos - principal	-23.295	-20.725
6.03.14	Aumento de Capital	31.000	116.500
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	247.976	-157
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	16.197	17.981
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	264.173	17.824



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.376.285	0	155.360	0	0	1.531.645
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.376.285	0	155.360	0	0	1.531.645
5.04	Transações de Capital com os Sócios	31.000	0	0	0	0	31.000
5.04.01	Aumentos de Capital	31.000	0	0	0	0	31.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-15.106	0	-15.106
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-15.106	0	-15.106
5.07	Saldos Finais	1.407.285	0	155.360	-15.106	0	1.547.539

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	787.785	0	145.562	0	0	933.347
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	787.785	0	145.562	0	0	933.347
5.04	Transações de Capital com os Sócios	116.500	0	0	0	0	116.500
5.04.01	Aumentos de Capital	124.000	0	0	0	0	124.000
5.04.08	( - ) Capital a Integralizar	-7.500	0	0	0	0	-7.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.593	0	4.593
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.593	0	4.593
5.07	Saldos Finais	904.285	0	145.562	4.593	0	1.054.440

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
7.01	Receitas	141.136	226.494
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	104.765	95.106
7.01.02	Outras Receitas	36.371	131.388
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	35.099	129.291
7.01.02.02	Outras	1.272	2.097
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-71.344	-157.660
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-14.258	-13.778
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.991	-3.722
7.02.04	Outros	-52.095	-140.160
7.02.04.02	Custo dos Serviços de Construção	-35.099	-129.291
7.02.04.04	Custo da concessão	-5.753	-5.484
7.02.04.05	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-9.878	-1.336
7.02.04.06	Outros	-1.365	-4.049
7.03	Valor Adicionado Bruto	69.792	68.834
7.04	Retenções	-46.375	-26.791
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-46.375	-26.791
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	23.417	42.043
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.307	21.289
7.06.02	Receitas Financeiras	2.251	1.710
7.06.03	Outros	1.056	19.579
7.06.03.02	Juros Capitalizados	1.056	19.579
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	26.724	63.332
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	26.724	63.332
7.08.01	Pessoal	9.283	8.741
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.989	6.481
7.08.01.02	Benefícios	1.765	1.766
7.08.01.03	F.G.T.S.	529	494
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.797	11.037
7.08.02.01	Federais	-3.506	6.191
7.08.02.02	Estaduais	1	0
7.08.02.03	Municipais	5.302	4.846
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	23.386	21.383
7.08.03.01	Juros	21.442	10.930
7.08.03.02	Aluguéis	345	466
7.08.03.03	Outras	1.599	9.987
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	377	8.748
7.08.03.03.03	Outras	1.222	1.239
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-15.106	4.593
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-15.106	4.593
7.08.05	Outros	7.364	17.578
7.08.05.01	Juros - Mutuos	6.685	6.747
7.08.05.02	Juros Capitalizados - Mutuos	679	10.831

## Comentário do Desempenho



**Registro, 10 de maio de 2018** – A Autopista Régis Bittencourt S.A. empresa do grupo Arteris S.A., comenta seu resultado relativo ao primeiro trimestre de 2018 (1T18). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

### COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

#### Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes)

- No 1T18 o tráfego pedagiado foi de 33.778 mil veículos equivalentes. Em relação ao 1T17, houve um aumento no fluxo de veículos de 6,6%, e no comparativo do 1T18 em relação ao 4T17, ocorreu uma redução de 4%. Historicamente, os fatores que influenciam no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, aumento ou redução da renda per capita, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias.

#### Receita Operacional Bruta

- A Autopista Régis Bittencourt S.A. obteve uma receita bruta de R\$ 141.096 milhões no 1T18. Em relação ao 1T17, houve uma redução de 37,6% receita bruta, sendo que as principais variações na comparação deste período foram: (i) redução de 72,9% das receitas de obras, que acompanham o volume de obras; (ii) em contrapartida tivemos um aumento nas receitas de pedágio, oriundas principalmente do reajuste de tarifa ocorrido ao final de dezembro de 2017. Em relação ao 4T17, houve uma redução da receita bruta em 22,7% decorrente principalmente pelo decréscimo nas receitas de obras em 53,8% devido à queda do volume de obras dentro do trimestre.

#### Custos e Despesas

- Os custos e despesas no 1T18 reduziram 51,4% em relação ao 1T17, principalmente em função: (i) as despesas administrativas apresentaram uma queda de 22,3%, pois no 1T17 foram atualizados monetariamente os processos regulatórios administrativos movidos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, totalizando R\$ 876 mil, não se repetindo em 2018;

## Comentário do Desempenho



e (ii) redução em 72,9% nos custos dos serviços de construção, devido à redução do volume de obras, resultado da conclusão da Serra do Cafezal. Em relação ao 4T17, os custos e despesas reduziram 35,3% principalmente devido ao: (i) redução dos custos dos serviços de construção que representou 53,8%, também reflexo da conclusão da Serra do Cafezal; (ii) redução de 9% com provisão de manutenção em rodovias, proveniente da mudança no cronograma de manutenções.

### EBITDA e EBITDA Ajustado

- Para entendimento do EBITDA e EBITDA Ajustado, destacamos que o EBITDA contempla a provisão para manutenção de rodovias, registrada em função da adoção do ICPC 01. O EBITDA Ajustado foi calculado a partir da reversão do efeito desta provisão e se equivale ao EBITDA publicado anteriormente à adoção do ICPC 01.
- Na comparação entre o 1T18 e 1T17, o EBITDA reduziu 0,4% principalmente em função do aumento na provisão para manutenção em rodovias, e o EBITDA Ajustado aumentou 15,9% em relação ao 1T17. Em relação ao 4T17, o EBITDA e o EBITDA Ajustado aumentaram respectivamente 6% e 3,2%, ambas variações decorrentes principalmente da provisão para manutenção em rodovias, conforme citado anteriormente.

### Resultado Financeiro

- O resultado financeiro do 1T18 apresentou um aumento de 56,6% em relação ao 1T17 e 50,8% se comparado ao 4T17, ambos justificados principalmente: (i) pelo aumento nas despesas financeiras, reflexo dos encargos financeiros sobre o primeiro aporte de R\$ 269 milhões do novo empréstimo tomado junto ao BNDES, recebido no 1T18; (ii) redução da capitalização de juros devido a conclusão da obra da Serra do Cafezal.

### Lucro / Prejuízo Líquido

- A Companhia obteve prejuízo de R\$ 15,1 milhões no 1T18, representando uma variação negativa de 428,9% na comparação ao 1T17, justificado pelo aumento nas despesas financeiras, conforme justificativas apresentadas anteriormente e aumento dos custos com amortização do intangível, reflexo da conclusão da obra da Serra do Cafezal. Em relação ao 4T17, houve um aumento de R\$ 14,1 milhões no prejuízo líquido, também reflexo do aumento nas despesas financeiras e da amortização do intangível.

### Endividamento

- A Autopista Régis Bittencourt S.A. encerrou o primeiro trimestre com um endividamento de R\$ 1.016,7 milhões contra R\$ 788 milhões no trimestre anterior. O aumento refere-se a captação de recursos junto ao BNDES.
- O endividamento bruto e líquido do 1T18 foi, respectivamente, de R\$ 1.016,7 e R\$ 712,8 milhões e no 4T17 foi de R\$ 788 e R\$ 733,9 milhões.

## Comentário do Desempenho



### Investimentos

- No primeiro trimestre de 2018 foram desembolsados R\$ 64,9 milhões em cumprimento do cronograma de investimentos do contrato de concessão, distribuídos principalmente em:
  - a) execução de obras de melhoramentos, sendo as principais:
    - duplicação da Serra do Cafezal;
    - ruas laterais;
    - trevos em desnível;
    - dispositivos de interseção.
  - b) execução de obras de manutenção de rodovia, utilizados principalmente na realização de obras de pavimentação, elementos de proteção e segurança, sistemas de drenagem e obras de arte correntes, terraplenos e estruturas de contenção, canteiro central e faixa de domínio.

## Comentário do Desempenho



## ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	1T18	4T17	1T17	Var% 1T18/4T17	Var% 1T18/1T17
Autopista Régis Bittencourt S.A.	33.778	35.184	31.694	-4,0%	6,6%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
(em R\$ Mil)					
	1T18	4T17	1T17	Var% 1T18/4T17	Var% 1T18/1T17
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>141.096</b>	<b>182.598</b>	<b>226.296</b>	<b>-22,7%</b>	<b>-37,6%</b>
Receitas de pedágio	104.765	105.650	95.106	-0,8%	10,2%
Receitas de obras	35.099	75.938	129.291	-53,8%	-72,9%
Outras Receitas	1.232	1.010	1.899	22,0%	-35,1%
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>(9.225)</b>	<b>(9.446)</b>	<b>(8.733)</b>	<b>-2,3%</b>	<b>5,6%</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>131.871</b>	<b>173.152</b>	<b>217.563</b>	<b>-23,8%</b>	<b>-39,4%</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS</b>	<b>(80.947)</b>	<b>(125.103)</b>	<b>(166.440)</b>	<b>-35,3%</b>	<b>-51,4%</b>
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(28.978)	(29.828)	(26.960)	-2,8%	7,5%
Custo dos serv. de construção	(35.099)	(75.938)	(129.291)	-53,8%	-72,9%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(6.587)	(8.161)	(8.479)	-19,3%	-22,3%
Remuneração da administração	(445)	(331)	(572)	34,4%	-22,2%
Despesas tributárias	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(9.878)	(10.853)	(1.336)	-9,0%	639,4%
Outras receitas operacionais, líquidas	40	8	198	400,0%	-79,8%
<b>EBITDA</b>	<b>50.924</b>	<b>48.049</b>	<b>51.123</b>	<b>6,0%</b>	<b>-0,4%</b>
Margem EBITDA	36,1%	26,3%	22,6%	37,2%	59,8%
<b>DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES</b>	<b>(46.375)</b>	<b>(30.909)</b>	<b>(26.791)</b>	<b>50,0%</b>	<b>73,1%</b>
Depreciação de imobilizado	(164)	(151)	(149)	8,6%	10,1%
Amortização do intangível	(45.333)	(29.880)	(25.763)	51,7%	76,0%
Amortização do diferido	(878)	(878)	(879)	0,0%	-0,1%
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(27.365)</b>	<b>(18.149)</b>	<b>(17.477)</b>	<b>50,8%</b>	<b>56,6%</b>
Receitas financeiras	2.251	899	1.710	150,4%	31,6%
Despesas financeiras	(29.616)	(19.048)	(19.187)	55,5%	54,4%
<b>LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS</b>	<b>(22.816)</b>	<b>(1.009)</b>	<b>6.855</b>	<b>2161,2%</b>	<b>-432,8%</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>7.710</b>	<b>70</b>	<b>(2.262)</b>	<b>10914,3%</b>	<b>-440,8%</b>
Corrente	912	(2.314)	(3.751)	-139,4%	-124,3%
Diferido	6.798	2.384	1.489	185,2%	356,5%
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>(15.106)</b>	<b>(939)</b>	<b>4.593</b>	<b>1508,7%</b>	<b>-428,9%</b>

EBITDA AJUSTADO					
(em R\$ Mil)					
	1T18	4T17	1T17	Var% 1T18/4T17	Var% 1T18/1T17
<b>EBITDA <sup>1</sup></b>	<b>50.924</b>	<b>48.049</b>	<b>51.123</b>	<b>6,0%</b>	<b>-0,4%</b>
(+) Provisão para manutenção de rodovias	9.878	10.853	1.336	-9,0%	639,4%
<b>EBITDA Ajustado <sup>2</sup></b>	<b>60.802</b>	<b>58.902</b>	<b>52.459</b>	<b>3,2%</b>	<b>15,9%</b>

<sup>1</sup> EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

- <sup>2</sup> Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Autopista Régis Bittencourt é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os *websites* [www.arteris.com.br](http://www.arteris.com.br) e [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações”).

**Notas Explicativas**

***Autopista Régis  
Bittencourt S.A.***

Informações Trimestrais para o Trimestre  
Findo em 31 de Março de 2018

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores  
Independentes



**Notas Explicativas**

Autopista Régis Bittencourt S.A.

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2018(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Registro, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia SP 139, 226. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e "holding" é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender às suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 31 de março de 2018, o ativo circulante supera o passivo circulante em R\$119.245 (em 31 de dezembro de 2017 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$143.608).

A geração de caixa, somada à capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo são adequados para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulantes e a manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, por meio da evolução do tráfego pedagiado e dos reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e por recursos captados no mercado de capitais por meio da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários, a Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

No período findo em 31 de março de 2018 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A emissão das informações financeiras trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 10 de maio de 2018.

**2. CONCESSÕES**

No período findo em 31 de março de 2018 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pelo mencionado abaixo:

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$8.436. A partir de 31 de março de 2018 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de

**Notas Explicativas**

Autopista Régis Bittencourt S.A.

R\$125.837 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

A Sociedade estima em 31 de março de 2018, o montante de R\$635.569 (R\$684.218 em 31 de dezembro de 2017) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$414.804 (R\$392.231 em 31 de dezembro de 2017) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de março de 2018 e de 31 de dezembro de 2017 estas obras estão estimadas em R\$166.706.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

A Sociedade celebrou Termo de Ajuste de Conduta - TAC, com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início da concessão até 22 de setembro de 2014.

Em decorrência da assinatura desse TAC, a Sociedade, vem realizando o equivalente a R\$29.000 em novas obras que já estão em andamento não previstas no contrato de concessão, que trarão melhorias, segurança e conforto aos usuários, na rodovia objeto de sua concessão. Parte dessas obras estão concluídas ou em andamento, seja na fase de projetos ou de obras iniciais.

**3. BASE DE PREPARAÇÃO**Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, aprovadas em 20 de fevereiro de 2018 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

**4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais, exceto pelo mencionado abaixo:

Ativos e passivos financeiros

**Notas Explicativas**

Autopista Régis Bittencourt S.A.

Classificação dos ativos e passivos financeiros na adoção inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros

O quadro abaixo apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48:

Ativo ou passivo financeiro	Classificação inicial pelo CPC 40	Saldo em 31.12.2017	Nova classificação de acordo com o CPC 48
Equivalentes de caixa	Ativo financeiro mantido até o vencimento	16.197	Mensurados a valor justo por meio de resultado
Contas a receber clientes	Empréstimos recebíveis	25.878	Custo amortizado
Partes relacionadas	Empréstimos recebíveis	47	Custo amortizado
Aplicações financeiras vinculadas	Ativo financeiro mantido até o vencimento	37.870	Mensurados a valor justo por meio de resultado
Outras contas a receber	Empréstimos recebíveis	182	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	776.794	Custo amortizado
Empréstimos partes relacionadas	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	362.169	Custo amortizado
Fornecedores e cauções contratuais	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	45.074	Custo amortizado
Fornecedores - Risco sacado	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	11.220	Custo amortizado
Partes relacionadas	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	1.177	Custo amortizado
Dividendos propostos	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	-	Custo amortizado
Taxa de fiscalização	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	1.257	Custo amortizado
Outras contas a pagar	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	805	Custo amortizado

CPC 47 - Receitas de contratos com clientes

CPC 47 - Receitas de contratos com clientes: A partir de 1º de janeiro de 2018 entrou em vigor a norma CPC 47 que substituiu todos os requisitos de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC's. Essa nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Sociedade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos:

Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com um cliente – um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exequíveis. Os requisitos do CPC 47 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos.

Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho no contrato – um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente.

**Notas Explicativas**

Autopista Régis Bittencourt S.A.

Passo 3: Determinar o preço da transação – o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos ou serviços prometidos a um cliente.

Passo 4: Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato – uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato.

Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho – uma entidade reconhece receitas quando (ou à medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado à obrigação de desempenho satisfeita.

A Sociedade tem como principais receitas a receita de pedágio e a receita de construção. A Sociedade realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos no reconhecimento atual dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a prestação do serviço ao usuário, no caso da receita de pedágio, e conforme incorridas na construção dos ativos intangíveis como cumprimento do contrato de concessão, no caso das receitas de construção. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma CPC 47.

Metodologia de estimativa de *impairment*

O CPC 47 introduziu o conceito de Perdas de Crédito Esperadas em oposição às perdas de créditos incorridas na norma atual. Os ativos financeiros sujeitos aos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) são aqueles mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O objetivo dos requisitos de *impairment* é reconhecer as perdas de créditos esperadas ao longo da vida para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial – seja avaliado individualmente ou coletivamente – considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Sociedade possui concentração em sua carteira de clientes e não possui histórico de perdas em seus instrumentos financeiros. A Administração efetuou uma análise do risco de crédito da carteira e concluiu que não existem perdas a serem reconhecidas em seus recebíveis.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Caixa e contas bancárias	3.882	3.451
Aplicações financeiras (*)	<u>260.291</u>	<u>12.746</u>
Total	<u><u>264.173</u></u>	<u><u>16.197</u></u>

(\*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 98,43% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, Certificado de

**Notas Explicativas**

Autopista Régis Bittencourt S.A.

Depósito Bancário - CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito. Todos os ativos que compõe os fundos de investimento, inclusive as LFT's, são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo da Sociedade.

## 6. CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Pedágio eletrônico a receber (a)	19.467	19.799
Cupons de pedágio a receber	1.721	1.487
Cartões de pedágio a receber	576	462
Receitas acessórias a receber (b)	4.125	4.127
Outras receitas a receber	<u>1.084</u>	<u>3</u>
Total	<u><u>26.973</u></u>	<u><u>25.878</u></u>

(a) Conforme nota explicativa nº 24 c.

(b) Receitas acessórias referente ao uso da faixa de domínio.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que pode ocorrer em um período maior conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da Sociedade.

**Notas Explicativas**

Autopista Régis Bittencourt S.A.

**7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31 de março de 2018 e de 2017 é como segue:

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Lucro(Prejuízo)antes do imposto de renda e da contribuição social	(22.816)	6.855
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	7.757	(2.331)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(47)	69
Total	<u>7.710</u>	<u>(2.262)</u>
Receita (Despesas) de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	912	(3.751)
Diferido	6.798	1.489
	<u>7.710</u>	<u>(2.262)</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

**Notas Explicativas****Autopista Régis Bittencourt S.A.**

	Imposto de renda e contribuição social diferido passivo	
	31.03.2018	31.12.2017
<u>Não circulante</u>		
<u>Diferenças temporárias ativas:</u>		
Prejuízo fiscal (a)	44.931	29.012
Provisão de participação nos lucros	3.524	2.894
Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios (b)	7.684	8.266
Outras provisões	62	741
Provisão para manutenção de rodovias	78.570	78.393
Amortização acumulada de obras futuras	194	172
Ajuste dos encargos financeiros (receitas acessórias)	34	103
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	58	39
Pis e Cofins s/receita financeira	434	259
Estorno de capitalização de juros	34	34
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	<u>135.525</u>	<u>119.913</u>
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total	<u>46.079</u>	<u>40.770</u>
<u>Diferenças temporárias passivas:</u>		
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	(584)	(584)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(318.245)	(318.245)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	56.932	52.552
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	<u>(261.897)</u>	<u>(266.277)</u>
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total	<u>(89.045)</u>	<u>(90.534)</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>(42.966)</u>	<u>(49.764)</u>

- (a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- (b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração; portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

**Notas Explicativas**

Autopista Régis Bittencourt S.A.

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos passivos não circulante</u>	
2018	1.036
2019	7.581
2020	9.626
2021	9.626
Após 2021	18.210
	<u>46.079</u>

**8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS**

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações:

**BNDES**

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 71% da arrecadação das praças de pedágio até 31 de dezembro de 2019. A partir de 1º de janeiro de 2020 esse percentual passará para 62% até 31 de dezembro de 2024. A partir de 1º de janeiro de 2025 passará para 19%. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Esse valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de março de 2018 o saldo é de R\$39.741 (R\$37.870 em 31 de dezembro de 2017), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 94,96% da variação do CDI.



**Notas Explicativas**

Autopista Régis Bittencourt S.A.

10

**9. IMOBILIZADO**

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2017	964	970	776	1.175	2.528	6.413
Adições	26	45	-	-	1.076	1.147
Alienações/baixas	-	-	(119)	-	-	(119)
Saldo em 31.03.2018	990	1.015	657	1.175	3.604	7.441
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2017	(686)	(840)	(201)	(356)	(1.308)	(3.391)
Depreciações	(22)	(18)	(19)	(28)	(77)	(164)
Alienações/baixas	-	-	119	-	-	119
Saldo em 31.03.2018	(708)	(858)	(101)	(384)	(1.385)	(3.436)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2017	278	130	575	819	1.220	3.022
Saldo em 31.03.2018	282	157	556	791	2.219	4.005
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	5%	10%	

**Notas Explicativas****Autopista Régis Bittencourt S.A.**

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2016	964	957	552	1.175	2.495	6.143
Adições	-	-	-	-	5	5
Saldo em 31.03.2017	964	957	552	1.175	2.500	6.148
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2016	(589)	(763)	(140)	(244)	(1.054)	(2.790)
Depreciações	(24)	(19)	(15)	(28)	(63)	(149)
Saldo em 31.03.2017	(613)	(782)	(155)	(272)	(1.117)	(2.939)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2016	375	194	412	931	1.441	3.353
Saldo em 31.03.2017	351	175	397	903	1.383	3.209
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	4%	10%	

## Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A.

12

## 10. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2017	3.035.914	2.734	152.394	700	3.191.742
Adições	26.030	504	10.125	-	36.659
Saldo em 31.03.2018	3.061.944	3.238	162.519	700	3.228.401
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2017	(389.835)	(1.494)	-	-	(391.329)
Amortizações	(45.276)	(57)	-	-	(45.333)
Saldo em 31.03.2018	(435.111)	(1.551)	-	-	(436.662)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2017	2.646.079	1.240	152.394	700	2.800.413
Saldo em 31.03.2018	2.626.833	1.687	162.519	700	2.791.739
Taxas de amortização - a.a.	5%	20%			

## Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A.

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.872.804	1.993	847.171	2.802	2.724.770
Adições	49.425	-	99.444	-	148.869
Transferências/reclassificações	146.431	-	(146.431)	-	-
Alienações/baixas	-	-	-	(1.633)	(1.633)
Saldo em 31.03.2017	2.068.660	1.993	800.184	1.169	2.872.006
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2016	(276.756)	(1.268)	-	-	(278.024)
Amortizações	(25.709)	(54)	-	-	(25.763)
Saldo em 31.03.2017	(302.465)	(1.322)	-	-	(303.787)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.596.048	725	847.171	2.802	2.446.746
Saldo em 31.03.2017	1.766.195	671	800.184	1.169	2.568.219
Taxas de amortização - a.a.	5%	20%			

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Refere-se a obras em andamento tendo como principal construção a duplicação da Serra do Cafezal, a qual foi transferida para intangível em serviços em dezembro de 2017.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para impairment dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2017. A Administração vem acompanhando esta projeção com o realizado de 2018 e concluiu que não possui qualquer indicativo que pudesse requerer uma nova avaliação nesse trimestre.

No período findo em 31 de março de 2018, a Sociedade capitalizou o montante de R\$1.056 (R\$19.579 em 31 de março de 2017) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação aos valores principais das dívidas, em 2018 foi de 0,60% a.a. (6,52% a.a. em 2017).

**Notas Explicativas**

## 11. DIFERIDO

É representado por:

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	5.568	5.568
Consumo	5.129	5.129
Custos contratuais da	9.101	9.101
Depreciações e amortizações	115	115
Conservação da rodovia	13.309	13.309
Serviços de terceiros	1.742	1.742
Tributários	2.378	2.378
Resultados financeiros	(1.880)	(1.880)
Outros gastos	(124)	(124)
	<u>35.338</u>	<u>35.338</u>
Amortização acumulada	<u>(32.117)</u>	<u>(31.239)</u>
	<u>3.221</u>	<u>4.099</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

## 12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>31.03.2018</u>		<u>31.12.2017</u>	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<u>Moeda Local</u>				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	95.949	932.276	95.811	682.239
Risco sacado (b)	1.310	-	11.220	-
	<u>97.259</u>	<u>932.276</u>	<u>107.031</u>	<u>682.239</u>
Custo de transação	<u>(1.173)</u>	<u>(11.639)</u>	<u>(183)</u>	<u>(1.073)</u>
	<u>96.086</u>	<u>920.637</u>	<u>106.848</u>	<u>681.166</u>

## Notas Explicativas

A composição dos empréstimos é como segue:

Referência	Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.03.2018	31.12.2017
(a)	Real	BNDES	TJLP + 3,54% e 3,74% a.a.	dez/29	Cessão de direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos	1.028.225	778.050
(b)	Real	Risco sacado	1,33% a.m	Até 60 dias	Aval acionista	1.310	11.220
						<u>1.029.535</u>	<u>789.270</u>

Em 31 de março de 2018, o saldo de R\$1.310 (R\$11.220 em 31 de dezembro de 2017) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A. para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$20.000 e taxa média de 1,33% ao mês.

Em 31 de março de 2018, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2019	74.742
2020	116.972
2021	137.607
2022	150.774
Após 2022	<u>452.181</u>
	<u><u>932.276</u></u>

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações financeiras trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

### 13. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de março de 2018, o saldo de R\$26.003 (R\$29.513 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$16.779 (R\$15.561 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

**Notas Explicativas****14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas, mútuos e debêntures para capital de giro.

Os saldos em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 e as transações realizadas em 31 de março de 2018 e de 2017, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Controladora</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A (a)	-	43
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Intervias S.A. (a)	4	4
Total	<u>4</u>	<u>47</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A (a)	1.158	1.093
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	299	84
	<u>1.457</u>	<u>1.177</u>
<u>Controladora</u>		
Dividendos propostos:		
Arteris S.A.	3.052	3.052
	<u>3.052</u>	<u>3.052</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	23.806	23.426
<u>Controladora</u>		
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (c)	344.623	338.743
Total	<u>368.429</u>	<u>362.169</u>

## Notas Explicativas

Contas de Resultado:	31.03.2018			31.03.2017		
	Conservação da rodovia (b)	Despesas / Receitas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas / Receitas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)
<b>Controladora</b>						
Arteris S.A.	-	(7.364)	(2.637)	-	(17.578)	(3.728)
Juros Capitalizados (*)	-	679	-	-	10.831	-
<b>Outras partes relacionadas</b>						
Planalto Sul S.A.	-	-	(2)	-	-	-
Fluminense S.A.	-	-	(2)	-	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(539)	-	-	(15)	-	-
<b>Total</b>	<b>(539)</b>	<b>(6.685)</b>	<b>(2.641)</b>	<b>(15)</b>	<b>(6.747)</b>	<b>(3.728)</b>

(\*) Referem-se a juros de dívidas com partes relacionadas que foram capitalizados.

- a) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da "Holding", baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.
- b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- c) Decorrentes da 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup>, 5<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> emissões de debêntures, de série única e não conversíveis em ações, celebrados com a Arteris S.A. para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a uma taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido do "spread" de 1,5% ao ano, com vencimento do principal e dos juros da 2<sup>a</sup> emissão em 27 de abril de 2019, da 3<sup>a</sup> emissão em 25 de junho de 2019, da 4<sup>a</sup> emissão em 19 de agosto de 2019, da 5<sup>a</sup> emissão em 18 de setembro de 2019 e da 6<sup>a</sup> emissão em 19 de outubro de 2019. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.03.2018		31.12.2017	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
27.04.2015	27.04.2019	CDI + 1,5% a.a.	50.000	19.248	50.000	18.063
27.05.2015	27.05.2019	CDI + 1,5% a.a.	30.002	11.127	30.002	10.424
25.06.2015	25.06.2019	CDI + 1,5% a.a.	37.000	13.218	37.000	12.361
03.07.2015	03.07.2019	CDI + 1,5% a.a.	43.000	15.181	43.000	14.188
07.07.2015	07.07.2019	CDI + 1,5% a.a.	20.000	7.046	20.000	6.584
19.08.2015	19.08.2019	CDI + 1,5% a.a.	20.000	6.612	20.000	6.159
18.09.2015	18.09.2019	CDI + 1,5% a.a.	40.000	12.649	40.000	11.753
19.10.2015	19.10.2019	CDI + 1,5% a.a.	15.000	4.540	15.000	4.209
			<b>255.002</b>	<b>89.621</b>	<b>255.002</b>	<b>83.741</b>

- d) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade. Os contratos com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos de 1,037% a 1,4% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2019, conforme demonstrados a seguir. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.



**Notas Explicativas**

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.03.2018		31.12.2017	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
29.09.2008	01.12.2019	CDI + 1,037%a.a.	4.000	4.884	4.000	4.746
07.07.2014	01.12.2019	CDI + 1,4% a.a.	10.000	4.922	10.000	4.680
			<u>14.000</u>	<u>9.806</u>	<u>14.000</u>	<u>9.426</u>

Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade em 31 de março de 2018 no valor de R\$227 (R\$200 em 31 de março de 2017), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do período findo em 31 de março de 2018, a Sociedade reconheceu o montante de R\$211 a título de remuneração e encargos de seus administradores, adicionado de R\$234 relativo ao rateio da "Holding", que totaliza R\$445 (R\$572 em 31 de março de 2017), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$1.000. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

**15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício, e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$3.524 e R\$2.894.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

**Notas Explicativas****16. PROVISÕES**Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 31 de março de 2018 e de 2017 é conforme segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31.03.2018</u>
Cíveis	1.444	850	-	(671)	1.623
Trabalhistas	2.311	(437)	-	(324)	1.550
Regulatório	4.511	-	-	-	4.511
Total	<u>8.266</u>	<u>413</u>	<u>-</u>	<u>(995)</u>	<u>7.684</u>

  

	<u>31.12.2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31.03.2017</u>
Cíveis	709	2.484	(775)	(1.188)	1.230
Trabalhistas	1.088	501	(138)	(316)	1.135
Regulatório	3.888	876	-	-	4.764
Total	<u>5.685</u>	<u>3.861</u>	<u>(913)</u>	<u>(1.504)</u>	<u>7.129</u>

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de março de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$4.511. Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que sumarizam o montante de R\$15.112 (R\$12.863 em 31 de dezembro de 2017).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$2.541 em 31 de março de 2018 (R\$2.730 em 31 de dezembro de 2017).

Os depósitos judiciais no montante de R\$72 em 31 de março de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

**Notas Explicativas**

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 31 de março de 2018 e de 2017 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2017	1.399	20.360	58.033
Adições/Reversões	-	-	9.878
Utilizações	-	(10.844)	-
Ajuste a valor presente	-	-	1.143
Transferências	-	10.074	(10.074)
Saldo em 31.03.2018	<u>1.399</u>	<u>19.590</u>	<u>58.980</u>

	Circulante		Não circulante
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2016	1.399	26.961	57.452
Adições/Reversões	-	-	1.336
Ajuste a valor presente	-	-	1.292
Transferências	-	1.632	(1.632)
Saldo em 31.03.2017	<u>1.399</u>	<u>28.593</u>	<u>58.448</u>

Os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2018, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$7.149 (R\$106 em 31 de março de 2017).

**17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital social**

O capital social subscrito 31 de março de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 é de R\$1.420.785, compostos por 657.300.291 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$1.407.285 (R\$1.376.285 em 31 de dezembro de 2017) que representam 651.604.088 ações (638.523.920 em 31 de dezembro de 2017).

No decorrer de 2018 ocorreram integralizações de capital referente a Ata constituída em 20 de julho de 2017 no montante de R\$31.000.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:****Reserva legal e retenção de lucros**

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

**Notas Explicativas**Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

**18. RECEITAS**

Estão representadas por:

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Receita de serviços prestados	104.765	95.106
Receita de serviços de construção	35.099	129.291
Outras receitas	1.232	1.899
	<u>141.096</u>	<u>226.296</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Receita bruta	141.096	226.296
ISSQN	(5.284)	(4.824)
PIS	(702)	(651)
COFINS	(3.238)	(3.006)
Outras deduções	(1)	(252)
Receita líquida	<u>131.871</u>	<u>217.563</u>

**19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Despesas:		
Com pessoal	(3.417)	(3.054)
Serviços de terceiros	(762)	(782)
Manutenção de bens e conservação	(402)	(327)
Consumo	(381)	(372)
Transportes	(113)	(230)
Seguros/Garantias	(2)	3
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(413)	(2.948)
Comunicação e marketing	(610)	(163)
Publicações legais	(202)	(187)
Depreciação / Amortização	(96)	(112)
Outros	(285)	(419)
Total	<u>(6.683)</u>	<u>(8.591)</u>

**Notas Explicativas**

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Custos:		
Com pessoal	(5.423)	(5.116)
Serviços de terceiros	(9.598)	(9.203)
Conservação	(4.741)	(4.600)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(789)	(634)
Consumo	(947)	(729)
Transportes	(1.359)	(1.058)
Verba de Fiscalização	(3.857)	(3.762)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(512)	(352)
Seguros / Garantias	(993)	(1.061)
Provisão de manutenção em rodovias	(9.878)	(1.336)
Custos de serviços da construção	(35.099)	(129.291)
Depreciação / Amortização	(46.279)	(26.679)
Outros	(759)	(445)
Total	<u>(120.234)</u>	<u>(184.266)</u>

**20. RESULTADO FINANCEIRO**

Está representado por:

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	2.227	1.498
Outras receitas	24	212
Total	<u>2.251</u>	<u>1.710</u>

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(28.127)	(17.677)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(1.094)	(1.192)
Outras despesas	(395)	(318)
Total	<u>(29.616)</u>	<u>(19.187)</u>

**21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

## a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa, está demonstrada na nota explicativa nº 5.

## b) Informações suplementares

**Notas Explicativas**

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	17.508	73.569
Juros capitalizados	1.056	19.579
	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do período	(45.662)	(68.363)

**22. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO**

O cálculo básico de lucro (prejuízo) por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o lucro e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro (prejuízo) básico e do lucro diluído por ação:

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(15.106)	4.593
Número de ações durante período	<u>657.300</u>	<u>420.814</u>
Lucro por ação	<u>(0,0230)</u>	<u>0,0109</u>

Não há diferença entre lucro (prejuízo) básico e lucro (prejuízo) diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 31 de março de 2018 e de 2017, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo diluído do lucro (prejuízo) por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

**23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações financeiras trimestrais conforme o quadro a seguir:

## Notas Explicativas

	Nível	31.03.2018		31.12.2017	
		Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	264.173	-	16.197	-
Contas a receber clientes	Nível 2	-	26.973	-	25.878
Partes relacionadas	Nível 2	-	4	-	47
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	39.741	-	37.870	-
Outras contas a receber	Nível 2	-	98	-	182
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	1.015.414	-	776.794
Empréstimos partes relacionadas	Nível 2	-	368.429	-	362.169
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	42.782	-	45.074
Fornecedores - Risco sacado	Nível 2	-	1.309	-	11.220
Partes relacionadas	Nível 2	-	1.457	-	1.177
Dividendos propostos	Nível 2	-	3.052	-	-
Taxa de fiscalização	Nível 2	-	1.286	-	1.257
Outras contas a pagar	Nível 2	-	1.099	-	805
		<u>303.914</u>	<u>1.461.903</u>	<u>54.067</u>	<u>1.224.603</u>

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

### Empréstimos e recebíveis

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

### Ativo financeiro mantido até o vencimento

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

### Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão de a TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é predeterminada todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

**Notas Explicativas****24. GESTÃO DE RISCO**

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

## a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

## b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento à Instrução CVM nº475, em 31 de março de 2018, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e de mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	6,34%	7,93%	9,51%
Receita de aplicações financeiras	18.631	23.289	27.947
Juros a incorrer - Mútuos e Debêntures privadas (*)	(23.358)	(29.198)	(35.038)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>(4.727)</u>	<u>(5.909)</u>	<u>(7.091)</u>
TJLP	6,75%	8,44%	10,13%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(68.540)	(85.676)	(102.811)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	<u>(68.540)</u>	<u>(85.676)</u>	<u>(102.811)</u>
Juros a incorrer líquido	<u>(73.267)</u>	<u>(91.585)</u>	<u>(109.902)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus Banco Central do Brasil - BACEN.

(\*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Essas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando em conformidade com as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

## c) Risco de crédito

Em 31 de março de 2018 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$19.467 (R\$19.799 em 31 de dezembro de 2017) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar, Autoexpresso e Movemais, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica “Contas a receber”.



## Notas Explicativas

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

### d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2018 (após março)	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
BNDES Automático	9,71%	136.964	182.618	191.375	200.132	752.563	1.463.652
Risco Sacado	17,18%	1.310	-	-	-	-	1.310
Partes relacionadas	16,64%	-	401.523	-	-	-	401.523
Fornecedores partes relacionadas	-	1.457	-	-	-	-	1.457
Fornecedores e cauções contratuais	-	42.782	-	-	-	-	42.782
Outras contas a pagar	-	1.099	15.815	-	-	-	16.914
		<u>183.612</u>	<u>599.956</u>	<u>191.375</u>	<u>200.132</u>	<u>752.563</u>	<u>1.927.638</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01/04 a 30/06/2018	01/07 a 30/09/2018	01/10 a 31/12/2018	01/01 a 31/03/2019	Total
BNDES Automático	9,71%	45.655	45.655	45.655	45.655	182.620
Risco Sacado	17,18%	1.310	-	-	-	1.310
Partes relacionadas	0,00%	-	-	-	-	-
Fornecedores partes relacionadas	-	1.457	-	-	-	1.457
Fornecedores e cauções contratuais	-	42.782	-	-	-	42.782
Outras contas a pagar	-	1.099	-	-	-	1.099
		<u>92.303</u>	<u>45.655</u>	<u>45.655</u>	<u>45.655</u>	<u>229.268</u>

## Notas Explicativas

### 25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e os recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias; portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

### 26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de março de 2018, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*) Responsabilidade civil	180.000 20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	181.056

(\*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de R\$5.123.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da  
Autopista Régis Bittencourt S.A.

#### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações financeiras trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, foram submetidas a procedimentos de revisão em conjunto com a revisão das informações financeiras trimestrais da Sociedade. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais informações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado acima referidas não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 10 de maio de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Paulo de Tarso Pereira Jr.

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 253932/O-4

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

Não foi instalado conselho fiscal.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Na qualidade de Diretores da Autopista Régis Bittencourt S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações trimestrais relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2018.

Registro, 10 de Maio de 2018

Diretoria

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores

Flavia Lucia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Nelson Segnini Bossolan

Diretor Superintendente

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Na qualidade de Diretores da Autopista Régis Bittencourt S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Registro, 10 de Maio de 2018

Diretoria

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores

Flavia Lucia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Nelson Segnini Bossolan

Diretor Superintendente